

CONSIDERAÇÕES SOBRE FORTES DE TERRA: O FORTE DO ARRAIAL NOVO DO BOM JESUS

Stela Gláucia Alves Barthel*

RESUMO

Este artigo faz algumas considerações sobre a construção do forte do Arraial Novo do Bom Jesus, cujos vestígios ainda existem e sobre o papel desempenhado por ele enquanto unidade funcional de um sistema de defesa maior, elaborado pelos luso-brasileiros num momento específico da história da ocupação feita pela Companhia das Índias Ocidentais em Pernambuco, quando a guerra se intensificou, a partir de 1645.

ABSTRACT

This article makes some considerations about the fort of Arraial Novo do Bom Jesus building, whose traces still exist and on the role played by him while a functional unit of a major defense system, elaborated for the luso-brazilians in a specific moment in the history of the occupation made by West Indian Company in Pernambuco, when the war has intensified, from 1645.

*Stela Gláucia Alves Barthel- arquiteta, professora de arquitetura da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA e da Faculdade Damas de Instrução Cristã, Mestre em Sociologia, Mestre em Arqueologia e Doutoranda em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Conservação do Patrimônio da UFPE.

stela_barthel@hotmail.com.br

FOTO 1- VISTA GERAL DOS VESTÍGIOS DO FORTE



Fonte: BARTHEL, Roger Roberto

INTRODUÇÃO

O forte do Arraial Novo do Bom Jesus teve nove anos de existência, entre a sua construção, em 1645 e o seu abandono, em 1654. O Exército brasileiro considera que este foi o seu primeiro quartel, quando pela primeira vez os luso-brasileiros se uniram em torno de uma causa comum, embora o historiador Mello (1998: 01) chame a atenção para o fato de que estes ainda não possuíam o sentimento de defesa da pátria. Segundo Mello (1975), essa era uma guerra “abrasileirada”. Foi o local da posse de Francisco Barreto de Menezes como Governador da Capitania de Pernambuco e Mestre de Campo General do Brasil, em 16 de Abril de 1648.

Fortes, fortalezas e fortins são exemplares da arquitetura militar, erudita e desempenharam um importante papel no que se refere à consolidação das fronteiras do

país. Dada a extensão do litoral brasileiro, a simples presença de tais fortificações não significava que a sua defesa fosse eficiente. Vários fortes foram construídos desde a época colonial até o início do século XX em todo o país, mas hoje restam 109, a maioria em estado precário de conservação. Apenas 43 deles são tombados pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - e alguns estão sob a guarda do Exército, como é o caso dos Fortes do Brum e das Cinco Pontas, no Recife, que possuem museus¹.

Três documentos históricos serviram de base para este trabalho. São eles os livros de Diogo Lopes Santiago, morador do Arraial Novo do Bom Jesus, portanto vizinho do forte, “História da Guerra de Pernambuco”, segundo parece, escrito a pedido de João Fernandes Vieira para servir de base ao livro de Frei Raphael de Jesus, “O Castrioto Lusitano”, publicado depois da guerra em Lisboa e ainda “O Valeroso Lucideno”, de Frei Manoel Calado, publicado antes do livro de Santiago. Esta obra foi copiada em vários trechos por este, que fez inclusive correções a datas, nomes e acontecimentos e foi escrito também a pedido de Vieira.

O conflito entre a Companhia das Índias Ocidentais e os luso-brasileiros

João Fernandes Vieira iniciou o Movimento da Restauração Pernambucana junto com outros senhores de engenho, quando a Companhia das Índias Ocidentais² e os judeus do bairro do Recife passaram a cobrar as dívidas referentes à produção e exportação do açúcar. A questão econômica se impõe desde o princípio, visto que Pernambuco era o principal produtor de açúcar do Brasil; na época da invasão, possuía 121 engenhos (SILVA, 2004: 06).

Segundo Mello (1975), durante os 24 anos de ocupação, houve na verdade duas guerras, com feições distintas. “Do açúcar e pelo açúcar”. A primeira chamada pelo autor de

¹ - Revista Veja, 16 de Maio de 2001, pág. 80. “De volta à vida”.

² - Na literatura encontra-se o termo “holandeses”, mas é preciso salientar que não foi a nação Holanda que invadiu o Brasil e sim a Companhia das Índias Ocidentais, cuja sede ficava em Amsterdam, na Holanda.

guerra de Resistência, teve duração de cerca de nove anos e se caracterizou pela derrota dos senhores de engenho luso-brasileiros, proprietários de engenhos na Paraíba, em Pernambuco e em Itamaracá, frente à Companhia das Índias Ocidentais. Esta passou a produzir, distribuir e comercializar o açúcar brasileiro e obteve o monopólio destas atividades. Há um período de trégua entre esta guerra e a segunda guerra, que vai de 1641 a 1645 e engloba uma parte do governo do Conde Maurício de Nassau, fase em que o açúcar produzido no Brasil alcançou altos preços no mercado europeu. Os antigos engenhos, abandonados pelos proprietários, cuja maioria se refugiou na Bahia, foram vendidos a novos proprietários, estrangeiros e luso-brasileiros, o que teria gerado um problema quando a guerra acabou, pois os antigos donos desejavam reaver suas posses.

A segunda guerra, da Restauração, teve início em 1645 e foi até 1654. Ambos os lados brigaram pelo monopólio do açúcar. A guerra teria sido financiada pelo “donativo do açúcar”, imposto advindo da comercialização clandestina do açúcar pelos luso-brasileiros. Para estes, mais do que questão de honra, era questão de sobrevivência recuperar o controle das atividades ligadas ao açúcar. Este era exportado através de Porto Calvo, em Alagoas, para escapar dos pesados impostos da Companhia das Índias Ocidentais.

Andrade (1998:02) divide os 24 anos de dominação no Brasil em três períodos distintos:

- Entre 1630 e 1635: este é o período em que o forte do Arraial do Bom Jesus foi construído e destruído. A partir daqui, será chamado de forte do Arraial Velho do Bom Jesus, para diferenciá-lo do forte do Arraial Novo. Foi um período de guerra lenta e resistência por parte dos luso-brasileiros, chefiados por Matias de Albuquerque.

- Entre 1637 e 1644: este período corresponde ao governo de Maurício de Nassau e foi menos turbulento, com algumas tréguas entre as duas partes do conflito, mas não significou que este tivesse acabado.

3- Entre 1645 e 1654: este é o período que vai do início do Movimento da Restauração Pernambucana, quando a guerra se intensificou. É também o período de construção do forte do Arraial Novo do Bom Jesus, até o seu abandono, depois da capitulação da Companhia das Índias Ocidentais.

Após isto, só as fortificações ligadas à defesa do litoral permaneceram em uso, tendo sido reconstruídas em pedra e cal, durante o período em que João Fernandes Vieira ocupou o cargo de Superintendente das Fortificações Pernambucanas, até sua morte em 1681. No entanto, é interessante notar que o sistema de defesa concebido pela Companhia das Índias Ocidentais para a cidade do Recife foi mantido (GOMES, 2002: 73 e também MELLO, 1997: 41).

O forte do Arraial Novo do Bom Jesus foi abandonado e ficou esquecido por cerca de dois séculos. Quando o Imperador D. Pedro II esteve em visita a Pernambuco, em 1859, chegou a fazer uma expedição em sua busca, mas seus vestígios não foram localizados. Só anos mais tarde, o então Instituto Archeológico Geográfico Pernambucano assinalou o local com uma coluna, depois de várias pesquisas e estudos. Gouvêa (1978: 74) cita que D. Pedro II estudava a obra de Frei Raphael de Jesus, o “Castrioto Lusitano”, para encontrar locais relativos ao Movimento de Restauração Pernambucana, quando veio a Pernambuco.

As chamadas “Escolas de Fortificações”

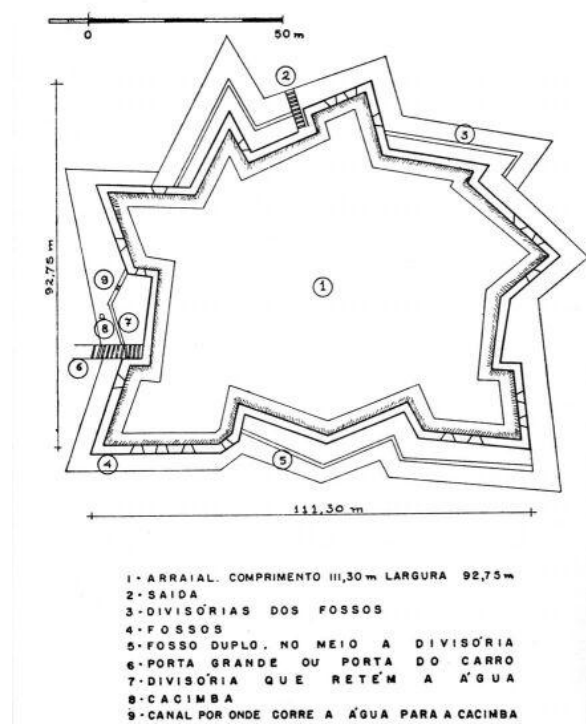
A pólvora é uma mistura de salitre, enxofre e carvão vegetal e foi descoberta pelos chineses no século IX, chegando ao Ocidente no século XIII. Sua primeira aplicação foi em fogos de artifício. Por causa dela, o jeito de guerrear mudou e também mudaram as construções defensivas, com a invenção do canhão no século XIV. As antigas fortalezas e castelos medievais construídos em pedra, não resistiam às balas de canhão. No lugar deles, nos séculos XVI e XVII, apareceram os fortes de terra, em taipa de pilão, cujo formato era poligonal, o que significava uma estratégia de defesa de todos os lados do edifício. Com as novas armas de mão, desenvolvidas no século XV, como os arcabuzes e mosquetes, as armaduras medievais se tornaram inúteis.

A Escola Italiana era oriunda do Renascimento. Sua principal característica era a introdução dos baluartes, com o sistema do fogo cruzado, fazendo com que as fortificações tivessem o formato de estrela. Foram construídas em vários lugares do

mundo. Segundo Mori, Lemos & Castro (2003: 22), este tipo de construção foi uma espécie de primeiro Estilo Internacional do Renascimento.

O formato poderia variar: estrelado, regular, como é o caso deste forte, irregular, como é o caso do forte do Arraial Velho do Bom Jesus (Figura 1), poligonal ou circular, estes últimos mais usados em fortes construídos no mar (GOMES, 2002: 73). Um dos fatores que determinava o formato das edificações era o conhecimento a respeito das armas dos inimigos, ou seja, qual a tecnologia utilizada por eles. Siqueira (1997: 106) informa que a Companhia das Índias Ocidentais utilizou canhões com balas incendiárias quando invadiram a Bahia, em 1624.

FIGURA 1 – FORTE DO ARRAIAL DO BOM JESUS



As plantas das fortificações eram executadas de acordo com funções específicas para cada edifício. Quando se localizavam às margens de rios ou na beira-mar, as formas eram diferentes, conforme as muralhas estivessem voltadas para o mar, para o rio ou para a terra firme. Isto também é “uma definição de técnica de guerra” (GOMES, 2003: 73).

Um elemento que deveria estar sempre presente era o sistema de drenagem e de escoamento das águas da chuva e de esgotos. Para tanto, eram feitas aberturas nas muralhas. Por vezes, como no Castelo de Paderne, em Portugal, fortificação construída também em taipa de pilão, existia ainda um sistema de canalização que corria sob os pavimentos dos edifícios e para onde convergiam os sistemas secundários que saíam dos pátios ou das latrinas (Arquitetura de Terra em Portugal, 2005: 142).

Os engenheiros militares portugueses construía segundo os tratados eruditos. Entretanto, suas fortificações estavam ultrapassadas em relação ao poderio bélico da Companhia das Índias Ocidentais e à sua arquitetura militar. Os luso-brasileiros só conseguiram resistir durante anos à custa de emboscadas, de ataques de surpresa (MELLO, 1975: 229) e da utilização de técnicas de guerrilha (MELLO, 1967: 09). Graças a estas estratégias, nos primeiros cinco anos de ocupação, os invasores ficaram restritos ao litoral.

A Escola Holandesa de Fortificações não diferia muito da italiana. Apenas ampliou os conhecimentos dos mestres italianos, no que se refere ao sistema construtivo, com a adoção de obras de defesa externa. Como característica principal, o uso da água em fosso e a fortificação cercada por áreas planas, facilmente inundáveis. Em relato sobre a fortaleza de Santa Catarina, na Paraíba, mandada reconstruir por Maurício de Nassau, Schmalkalden (1998: 108), viajante holandês, diz que foi equipada com fosso amplo e profundo e com parapeitos, para que isto simbolizasse que agora não pertencia mais ao luso-brasileiros e sim a uma potência estrangeira.

Elementos característicos das fortificações

As fortificações possuem áreas internas e externas. Pela Escola Holandesa de Fortificações, são comuns obras de defesa externa, para protegê-las. Este método acabou sendo adotado na arquitetura militar de maneira generalizada. Do corpo da maioria das fortalezas e fortes, fazem parte os seguintes itens:

- Armazéns: para mantimentos;
- Baluarte: forma ângulos com a função de defender o fosso e a cortina. É o mesmo que bastião;
- Baterias baixas;
- Bermas: são caminhos que circundam as muralhas que dão para o fosso;
- Canhoneiras: são os espaços entre os merlões;
- Capela, geralmente dedicada a um santo. Grande parte dos fortes brasileiros é dedicada a Santiago de Compostela, como é o caso do Forte de Santiago das Cinco Pontas no Recife;
- Casa do cirurgião;
- Casa do capelão;
- Casa do comandante;
- Casa dos oficiais. Espaço utilizado para alojamento;
- Casa de pólvora ou paiol. Para estocar a pólvora, deve ficar em local abrigado e ventilado e deve ser cercada, por causa das explosões;
- Casamatas: para abrigar a guarda. Semelhantes a celas. Algumas possuem fogões e latrinas;
- Contra-escarpa: é uma espécie de talude ou parede inclinada, voltada para a praça de armas, que circunda o fosso;
- Cordão: demarca o fim da muralha e o início do parapeito;
- Cortina: é a muralha que fecha dois baluartes;
- Enfermaria: para atender aos feridos;
- Flanco: cada uma das faces laterais do baluarte, junto à cortina;
- Fontes de abastecimento de água: são geralmente colocadas no centro da praça de armas. Podem ser poços ou cacimbas;

- Merlões: não são parapeitos convencionais. São dentes que delimitam vãos na parte superior da muralha. São preenchidos de terra, para a defesa. Geralmente existem banquetas entre eles;
- Muralhas internas: são geralmente altas e de grande espessura. Podem ser de tijolos, pedra ou taipa de pilão;
- Praça de armas: área descoberta no interior da fortificação, onde se reúne a tropa. É também chamada de praça forte;
- Poterna: entrada de serviço, mas serve também como saída de emergência em caso de fuga. Geralmente dá para o fosso;
- Rampas: para o acesso aos merlões e aos baluartes;
- Reparos: onde assenta o parapeito;
- Terraplino: é uma elevação artificial do terreno, que é contido por duas muralhas, uma externa e outra interna, é um elemento constante em quase todas as fortificações e é coberto de terra, para suportar o peso dos canhões;
- Trânsito: entrada da fortificação, geralmente tem seteiras, que são pequenas aberturas que resguardam quem está atirando e é feito em curva, para evitar a trajetória das balas em linha reta.

Alguns fortes ainda apresentam padaria, oficina de ferreiros e acomodação para viajantes, como é o caso do forte de Santa Catarina, na Paraíba, em relato citado acima (SCHMALKALDEN, 1998: 106).

Da defesa externa, fazem parte os seguintes itens:

- Barbacã ou muralha externa. É geralmente mais baixa. Circunda toda a fortificação e o fosso;
- Corpo da guarda: destinado ao descanso da guarnição;
- Entrada principal: Colocava-se a entrada principal dos fortes para o local onde não se esperava a chegada do inimigo. Se ele vinha pelo mar, a entrada não estava posicionada aí e sim em outro lado;
- Escarpa: é o talude das muralhas voltado para o fosso externo ou muro em talude no fosso ao lado da muralha;
- Esplanada: área aberta em frente aos fortes, não podia ter nada que propiciasse ao inimigo um esconderijo, como arbustos;

- Fosso: tinha a dupla função de fornecer aterro para o terrapleno e os baluartes além da função militar de criar um obstáculo para o inimigo. Feito em torno da muralha para dificultar o acesso. Podia ser seco ou ter água;
- Hornaveque: construído em ângulo, em forma de língua projetada, protegia a entrada das fortificações;
- Pontes: permitem o acesso sobre o fosso seco e se o fosso tiver água, pode ser levadiça;
- Redente: é um pequeno revelim. Forma ângulos agudos e salientes;
- Revelim: a função principal é proteger o acesso à fortificação. Forma saliência angular, com planta triangular ou trapezoidal.

Sistemas de defesa no Brasil da época da invasão

Existe uma corrente que investiga a Arqueologia da Paisagem dos sítios militares, com trabalhos feitos em todo o mundo. A paisagem aqui é entendida como uma construção feita pela sociedade através de um esforço consciente e há uma lógica nisto, que pode ser apreendida. Sendo gerada por uma sociedade, atua como um recurso para a compreensão da ordem social e econômica porque expressa símbolos e valores. Alterações na paisagem, feitas através de movimentos do solo têm um impacto. Lugares são dinâmicos e se alteram. A presença de uma fortificação em determinado local expressa uma organização da sociedade que a construiu, assim como a sua organização interna, ou seja, a distribuição espacial dos edifícios expressa hierarquias, poder, segregação e status.

A pesquisa arqueológica procura entender o funcionamento dos fortes e seu relacionamento com os aspectos culturais e sociais. Como foram idealizados por engenheiros militares, sendo, portanto, exemplares de uma arquitetura erudita, obedecem a padronizações particulares e expressam cultura e tempo. Usavam a concepção arquitetônica do seu tempo, os tratados eruditos das chamadas Escolas de Fortificação, mas precisavam se adequar à ideologia de seus governantes (SOUZA, 1995: 119).

Segundo Albuquerque (1993), a Teoria dos Sistemas seria um dos suportes teóricos que permitiria entender uma sociedade e os restos materiais produzidos por ela, sabendo-se que dentro de um sistema coexistem vários subsistemas. O forte do Arraial Novo do Bom Jesus pode ser visto como um subsistema, dentro de um sistema maior, que foi o sistema de defesa elaborado pelos luso-brasileiros num momento específico, durante a intensificação da guerra, na cidade do Recife, com o seu relacionamento com as diversas estâncias existentes, onde se concentravam os terços, e as trincheiras e redutos. A tarefa da Arqueologia Histórica seria tentar entender este momento.

Como observam Albuquerque, Lucena & Walmsley (1999: 15), o conceito dos locais que deveriam ser fortificados se alterou ao longo do tempo no Brasil colonial. Muitas vezes, obras construídas antes da invasão feita pela Companhia das Índias Ocidentais foram abandonadas em vez de recuperadas para uso, por causa dos estragos existentes. Durante todo o período de ocupação, houve uma substituição de estratégias das escolas de fortificação. A troca de bandeiras entre os fortes foi comum, bem como a troca de denominações. Assim, na bibliografia, um único forte pode ter vários nomes, o que às vezes confunde a sua identificação, inclusive no que se refere à localização dos vestígios.

Nesta época, só o Nordeste apresentava fortificações expressivas no país. Na cidade do Recife havia fortificações medievais, com paredes altas e torres de defesa em pedra e cal e também fortificações mais modernas, que utilizavam a experiência da Escola Italiana de Fortificações, apresentando muralhas trapezoidais baixas e de grande espessura, em terra ou taipa de pilão. Esta técnica construtiva era utilizada pelos dois lados. Medeiros (2005: 10) diz que normalmente as construções portuguesas eram em pedra e cal e as da Companhia das Índias Ocidentais em taipa de pilão, mas em época de guerra, as obras tinham que ser levantadas em caráter emergencial e a taipa de pilão se prestava a isto, por usar materiais fáceis de ser encontrados, como a argila e a madeira, além de proporcionar rapidez de execução e economia. Eram comuns paredes feitas com taipa apiloadas e nas muralhas externas, o pau-a-pique³.

³ - Pau a pique: é um sistema construtivo, que usa uma espécie de grade, feita com varas de madeira, organizadas em sebe, preenchidas com terra ou barro. Conhecida também como taipa de mão (ALBERNAZ; LIMA, 2003, pág. 444).

Foram organizados sistemas de fortificações de ambos os lados do conflito. Estes incluíam fortes, fortins, redutos e baterias, construídos em locais estratégicos, segundo normas específicas dos tratados de engenharia militar então vigentes.

Do lado dos invasores, houve o reaproveitamento de alguns fortes tomados dos luso-brasileiros e a construção de outros, a maioria em taipa de pilão. A matéria-prima utilizada por eles era local, mas foram usadas pranchas de madeira, que eram trazidas por seus navios (ALBUQUERQUE; LUCENA, 1997: 177). Foram desenvolvidos dois sistemas defensivos para o Recife. O primeiro ficou pronto em 1637, feito pelos engenheiros Andréas Drewish e Pieter van Bueren (MIRANDA, 2003: 100). Foram construídos o Forte do Brum e o do Buraco, conhecido também como Madame Bruyne. Uma paliçada de madeira envolvia o povoado do Recife desde 1638. O segundo sistema defensivo ficou pronto em 1639, com a construção de alguns redutos e do Forte das Cinco Pontas, do Forte Ernesto e do Waerdenburch.

O forte do Arraial Novo do Bom Jesus, junto com as outras unidades do sistema de defesa- estâncias, baterias, redutos, trincheiras, outros fortes- elaborado pelos luso-brasileiros no momento em que a guerra se intensificou, parece ter desempenhado um papel maior do que ser simplesmente um local de comando e de apoio logístico para a guerra.

O que este sistema parecia proteger era uma teia de relações dentro de um outro sistema, clandestino, de produção e escoamento do açúcar, que envolvia engenhos, matas para o fornecimento de lenha, terras para o plantio da cana de açúcar e caminhos para fazer este açúcar chegar a Porto Calvo, em Alagoas, e de lá embarcar para ser comercializado na Europa. Sua localização no interior impedia o acesso dos invasores ao caminho do sul, que passava pela Muribeca e pelos Montes Guararapes, local de duas importantes batalhas, vencidas pelos luso-brasileiros em 1648 e 1649. A primeira batalha teria como objetivo a destruição deste forte pela Companhia das Índias Ocidentais, mas as tropas foram atraídas pelos luso-brasileiros para os Montes Guararapes.

Estas relações se inserem em outro sistema maior, o econômico mundial. Segundo South (1988: 27), este é o grande objetivo da Arqueologia Histórica, o entendimento

dos sistemas culturais mundiais e como eles operam. Se, como diz Mello, a guerra era do açúcar e pelo açúcar, o seu comércio ao nível mundial continuava, apesar do conflito. E era gerenciado pelos senhores de engenho que tinham no forte o seu local de comando. O Brasil tinha dois governos oficiais neste período, um na Bahia, cujo Governador Geral era Telles da Silva, e outro em Pernambuco, chefiado pela Companhia das Índias Ocidentais, tendo como área de jurisdição as capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte, além da de Pernambuco. Na verdade, a região abrangia desde o atual estado do Maranhão até Alagoas. A sua sede era a cidade do Recife, chamada de Mauritztadt em homenagem a Maurício de Nassau.

A técnica construtiva da taipa de pilão

Para a taipa de pilão, a terra vermelha e argilosa, úmida ou molhada, chamada de Massapê, era a mais apropriada. Com ela eram feitos blocos de argila compactada, apiloada, aos quais poderiam ser adicionados outros materiais, como cal, areia, cascalho e estrume, para aumentar sua resistência (Foto 2).

FOTO 2 – TAIPA DE PILÃO



Fonte: Arquitectura de Terra em Portugal, 2005, pág. 24

A taipa militar foi utilizada desde finais do Império Romano. Em Portugal, assim como no Brasil, a taipa enquanto técnica construtiva foi utilizada tanto na arquitetura vernácula quanto na erudita e desde o período de dominação muçulmana, eram comuns as fortificações feitas com esse sistema, muitas das quais ainda existem, como é o caso do Castelo de Juromenha, em Évora, Portugal. Este castelo é na verdade uma fortificação, da época do domínio muçulmano e data do século IX, tendo sido restaurado recentemente.

Geralmente, usavam-se fundações de pedra para as construções dos fortes em taipa de pilão. Elas são elevadas acima do nível do solo o suficiente para que as muralhas ou paredes fiquem assim protegidas da umidade. Os engenheiros holandeses usavam seixos nas fundações. Para diferenciar a taipa militar da taipa usada em construções civis, adicionava-se a cal e também materiais cerâmicos (Arquitetura de Terra em Portugal, 2005: 39). Em Juromenha, também foram aplicadas camadas horizontais de pedras entre os taipais.

A técnica utilizada na fabricação era a seguinte: dentro dos chamados taipais, que são as armações de madeira, era colocada uma sólida argamassa, composta geralmente de uma parte de cal, duas de terra, cascalho e pedrisco, que era então compactada. A terra era espalhada com os pés dentro da armação de madeira antes de ser apiloada. O taipal só poderia ser retirado após a secagem do bloco, quando era assentado outro bloco por cima.

A matéria-prima utilizada era geralmente retirada do local onde a construção iria ser feita. O material que se encontrava na superfície era deixado de lado, por conter muita matéria orgânica. Os torrões de terra eram desfeitos e esta era misturada com enxada e amassada e deveria ficar em repouso por alguns dias antes de se poder usá-la.

Os blocos eram montados desencontrados, como na alvenaria. Concluída a primeira fiada e já dura e seca, montava-se outra por cima. Antes da nova fiada, aplicava-se uma cinta de cal e areia para contornar as arestas, vedando as juntas. Neste caso, a cal poderia ser substituída por pedra, reforçando-se os cunhais com tijoleiras. Cunhal é uma

faixa saliente nos cantos das paredes ou de muros externos, indo da base ao coroamento da construção.

A menor equipe necessária para este tipo de trabalho era composta por quatro homens: um deles preparava a terra, outro a transportava e os outros dois montavam o taipal. Em oito horas, seriam feitos oito blocos de 0,50 m de espessura. Cerca de 7,0 a 8,0 m² de construção. A espessura da parede era dada pelo espaço entre os taipais, que eram fechados por pranchas transversais de madeira. Mas nunca tinham menos que 0,50 m. O comprimento poderia variar entre 1,50 m e 2,0 m.

Os vãos necessários para as portas e janelas podiam ser abertos depois de feitos os blocos, demolindo-se os espaços ou ainda poderiam ser executados na hora da colocação do taipal. Os pormenores variavam de acordo com a função de cada edifício. Com os blocos prontos, a taipa era revestida e rebocava-se o interior. Só quando passavam as primeiras chuvas é que se executavam os revestimentos exteriores (Arquitetura de terra em Portugal, 2005: 25). As muralhas exteriores eram rebocadas e pintadas na maioria dos casos.

Situação atual do Forte do Arraial Novo do Bom Jesus

A foto aérea a seguir mostra o entorno da área onde está localizado o forte, dentro de uma praça pública, onde existem instalações da Academia da Cidade, na zona Oeste da cidade do Recife, entre os bairros dos Torrões e do Cordeiro, que fazem parte da RPA4 (Região Político-Administrativa, segundo o Plano Diretor da Cidade do Recife).

A Lei Municipal nº. 16.176/96, Lei do Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife- LUOS- define o local como Zona Especial de Preservação Rigorosa - ZEPR nº. 31. São dois setores: o setor um é área de preservação ambiental, onde se localizam os equipamentos da Academia da Cidade e ainda brinquedos e mobiliário. O setor dois é área de preservação rigorosa, onde estão os vestígios do forte.

FOTO 3 – BAIROS DOS TORRÕES E DO CORDEIRO



O forte é tombado pelo IPHAN sob o número 942 - T - 76, Livro Histórico Vol. 1, Folha 80, Inscrição 467 08/04/1980 (ALBUQUERQUE; LUCENA; WALMSLEY, 1999:182).

A toponímia registra a Avenida do Forte, que é o principal acesso, perpendicular às avenidas Caxangá e Engenheiro Abdias de Carvalho. Por causa de uma cruz, colocada em 1872 sobre a coluna que identifica o monumento, o local foi também conhecido como “Cruzeiro do forte”. As pessoas iam lá para rezar, mas a cruz já não existe (FRANCA, 1977: 259). O local hoje é usado como pasto para animais – cabras, bois e cavalos.

Os vestígios mostram três de quatro baluartes e parte do fosso, que pode ter sido aterrado pelo próprio desmoronamento da estrutura, embora presente água ao longo do ano, havendo informações de moradores do local, que é possível a pesca em determinados meses. Sobre um dos baluartes, a coluna, com uma placa que foi colocada em 1917, segundo a inscrição. Em outro, existem as ruínas de uma casa construída em finais do século XIX, pelo então proprietário das terras, o tenente-coronel Thomaz Cavalcanti da Silveira Lins, que comprou a propriedade de Antônio de Hollanda Cavalcanti (ALBUQUERQUE; LUCENA, 1997: 158 e 159). O outro baluarte está livre

e um deles já não existe. Segundo Brasileiro (2001), a área total do terreno da praça é de 33.510,25 m², incluindo os vestígios. Estes correspondem a cerca de 1.366,82 m².

FOTO 4 – VESTÍGIOS DE UM BALUARTE



Fonte: BARTHEL, Stela

FOTO 5 – VESTÍGIOS DO FOSSO



Fonte: BARTHEL, Stela

A proximidade com um pequeno riacho, que alimentava o fosso e que hoje está canalizado em parte, não deveria ser suficiente para as necessidades de abastecimento de água do forte. Poços ou cacimbas geralmente se localizavam no centro da praça de armas das fortificações. Existia uma cacimba de água potável, citada na Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano. Quando foi instituída a Zona de Preservação Rigorosa – ZPR - pela Lei 13.957, de 10 de Outubro de 1979 - o conjunto “casa, cacimba e monumento” foi classificado como “ruína” (Preservação dos Sítios Históricos, 1981: 135). A cacimba hoje não está mais aparente.

A construção do forte

Na época da sua construção, outros fortes já haviam sido tomados dos invasores pelos luso-brasileiros, mas estavam em pontos distantes no litoral, como o Forte de Nazaré e o Forte de Porto Calvo, em Alagoas. Optou-se pela instalação de forças- os chamados terços⁴ - em diferentes estâncias próximas do local escolhido para a construção, para que as tropas não ficassem confinadas todas em um único lugar.

⁴ - Terços: possuíam de 300 a 1.200 homens e eram comandados por um Mestre de Campo, cargo equivalente ao de Coronel (BENTO, 1971: 50). Na época do conflito, havia o Terço dos Índios, comandado por Dom Antônio Felipe Camarão, o Terço dos Negros, comandado por Henrique Dias, o

Dom Antônio Felipe Camarão, governador dos índios do Brasil e chefe do Terço dos Índios, instalou sua estância em Afogados, no sítio de Sebastião de Carvalho. Henrique Dias, chefe do Terço dos Negros, instalou-se na Boa Vista, no sítio de João Velho Barreto. Havia o forte das Salinas, no atual bairro de Santo Amaro, conhecido como Trincheira de Luiz Barbalho e ainda as trincheiras dos Afogados e a do Mendonça, na Madalena e a estância do Aguiar, na atual Estrada dos Remédios (SANTIAGO, 1984: 294).

Estas estâncias, no início do movimento, não possuíam obras de defesa externa, eram abertas e geralmente construídas em taipa de pilão. Mas em 1646, estavam já cercadas por paliçadas de pau-a-pique (MELLO, 1967: 09). Havia ainda o Terço dos Estrangeiros, que contava com muitos soldados que haviam servido à Companhia das Índias Ocidentais. No início de Outubro de 1645, já havia tropas acampadas na área, escondidas entre os canaviais, no Engenho São João, que pertencia a João Fernandes Vieira (ALBUQUERQUE; LUCENA, 1997: 177).

O forte do Arraial Novo do Bom Jesus teve o seu “risco”⁵ traçado por um oficial holandês que se passou para o lado das tropas luso-brasileiras, Dirck van Hoogstraten. Na época, era comandante do forte de Nazaré, conhecido como o Forte do Pontal, no Cabo de Santo Agostinho e abandonou as tropas da Companhia das Índias Ocidentais junto com muitos mercenários. A causa da deserção: o pagamento do salário das tropas estava atrasado (ANDRADE, 1997: 55). Segundo Santiago (1984: 333), nesta época havia 280 soldados estrangeiros servindo às tropas luso-brasileiras, em um terço chefiado por Teodoro Straeten e pelo francês Francisco de Latour, entre franceses, flamengos, alemães e ingleses.

A construção do forte teve início em setembro, entretanto Hoogstraten não chegou a vê-lo concluído, pois retornou à Holanda antes de acabar o ano de 1645. Não se sabe o motivo do seu retorno. Segundo Calado (2004: 137), dois mestres de obra o concluíram, sendo um deles o Mestre de Campo do Terço dos Estrangeiros, Teodósio de Estrate.

Terço dos Estrangeiros, comandado por Teodósio de Estrate e Terços de Luso-brasileiros, comandados por André Vidal de Negreiros, Martim Soares Moreno, João Fernandes Vieira e outros.

⁵ - Risco é a denominação antiga para o projeto de uma edificação. Também conhecido como traça.

Esta pessoa deveria ser a mesma citada acima por Santiago, Teodoro Straeten. O outro mestre de obras era português. Medeiros (2005: 20) fala de um engenheiro que trabalhou para ambos os lados do conflito, Cristóvão Alvarez. Era homem de confiança da Companhia das Índias Ocidentais, tendo construído para eles a Ponte Maurício de Nassau. Este engenheiro viveu no Brasil por 31 anos e trabalhou por sete anos para os luso-brasileiros e depois na guerra. Poderia ter sido ele o mestre de obras português.

O forte do Arraial Novo do Bom Jesus foi inaugurado no dia primeiro de Janeiro de 1646. A terra retirada para se abrir o fosso foi provavelmente a mesma terra usada para as muralhas, como era o procedimento comum. Às vezes, era necessário se revestir as muralhas com faxina⁶, terra e lodo. Segundo os relatos, foi construído por escravos e moradores da terra e até o próprio João Fernandes Vieira participou dos trabalhos com os escravos dos seus cinco engenhos (SANTIAGO, 1984: 329).

Os holandeses eram considerados os grandes mestres da engenharia militar na primeira metade do século XVII, assim como foram os italianos no século anterior e os franceses no final do século XVII, com o aperfeiçoamento do sistema de defesa exterior das fortificações desenvolvido pelo marechal Vauban. O governador Francisco Barreto de Menezes apud Mello (1985: 01) escreveu sobre eles numa de suas cartas:

Basta conhecer-se a grande opinião que os holandeses têm no exercício militar e saber que o que eles não fortificaram, tendo cabedal com que o fazer e gente para a guarnição, foi por lhes não ser de utilidade nenhuma.

Não se conhece o “risco” do forte, uma vez que não existem registros gráficos ao seu respeito. As fortificações feitas pela Companhia das Índias Ocidentais desta época são bem documentadas, tanto as construídas quanto as conquistadas, reformadas depois. Já as fortificações luso-brasileiras têm pouco ou nenhum registro iconográfico. Uma exceção é o forte do Arraial Velho do Bom Jesus, construído também em taipa de pilão, que era mais apropriada para resistir à artilharia da época, e que foi destruído em 1635,

⁶ - Faxina: é um conjunto de troncos de arbustos ou galhos de árvores, trançados uns nos outros, de forma a fazer uma cerca. Foi empregada nas fortificações, solidificada com a terra (ALBERNAZ; LIMA, 2003: 250).

após meses de cerco e após cinco anos de existência. Apesar de construído às pressas, pela urgência da guerra, e de feitura grosseira, foi considerado sólido pelos invasores (LUCENA, 1996: 116). O nome do forte do Arraial Novo do Bom Jesus é uma homenagem a ele. Este forte primitivo localiza-se no Sítio da Trindade, no bairro de Casa Amarela e foi objeto de escavação arqueológica parcial, realizada pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, em três momentos distintos, em 1969, 1988 e 2009. É atribuído ao engenheiro português Cristóvão Alvarez citado anteriormente. Algumas características construtivas das fortificações luso-brasileiras foram herdadas do período muçulmano na Península Ibérica, que durou cerca de 800 anos.

Um documento de 1958 cita que havia ainda nesta data evidência de muralhas em volta do forte do Arraial Novo, sendo ele “Memórias Históricas de Pernambuco”, de Fernandes Gama apud Albuquerque & Lucena (1997: 169) publicado na Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano, de número 13, datada de 1866. Estas muralhas não poderiam fazer parte do forte, sendo de uma outra edificação que pertenceu a João Fernandes Vieira, mas eram citadas na época por informações orais como se fossem do forte do Arraial Novo do Bom Jesus.

A localização

O local onde foi construído o forte do Arraial Novo do Bom Jesus era o antigo Engenho São Tomé, que havia pertencido a Antônio de Souza Moura. As terras foram vendidas para o holandês Willem Bierboom, chamado “Bribão” por Calado (2004: 137) e Santiago (1984: 329). O engenho passou a se chamar Rotterdam. Mas na época, pertencia a João Fernandes Vieira, que ali plantava cana.

Na época da sua construção, as terras pertenciam à freguesia da Várzea. Não estava às margens de um grande rio e nem no litoral, o que fazia dele uma exceção. A maioria dos fortes se destacava na paisagem, intimidava os inimigos. Sua localização era discreta, estava camuflada entre os canaviais. Mas atacaria, se fosse necessário, pois possuía oito

canhões, trazidos do forte de Porto Calvo, em Alagoas, tomado dos invasores (SANTIAGO, 1984: 322).

Pelas normas da Escola Holandesa de Fortificações, sempre que possível, se fazia opção por áreas planas e alagadiças, ao contrário dos luso-brasileiros, que preferiam construir sobre outeiros e colinas, ainda à maneira medieval. Há exceções a esta regra. Existem fortes da Companhia das Índias Ocidentais que foram construídos no alto, como os de Penedo e de Paripueira, ambos em Alagoas. Um forte de taipa de pilão localizado em Itamaracá e também atribuído aos invasores, foi também construído no alto. Poderiam existir exceções em relação às fortificações luso-brasileiras e estas poderiam ser construídas em áreas planas. A Companhia das Índias Ocidentais introduziu também o sistema de obras de defesa externa, com a localização fora dos muros principais de bastiões ou baluartes ou ainda trincheiras avançadas, fazendo linhas concêntricas de defesa em volta da fortificação (MORI; LEMOS; CASTRO, 2003: 64).

Segundo Mello apud Menezes & Rodrigues (1986: 18), o que caracterizava as estas fortificações não era o seu “risco” e sim a sua localização, a escolha do terreno onde iria ser implantada e o que se queria defender. A geografia participava como um dos fatores mais importantes, pois aliada aos obstáculos naturais, potencializava o poder da fortificação frente a um ataque.

O papel desempenhado por um forte e sua relação com outros fortes também entrava como fator determinante de sua localização. No caso deste forte, um dos fatores mais importantes para a sua localização era a proximidade com a cidade do Recife, onde estavam concentrados os invasores.

Em relação à sua localização, alguns autores, entre eles Menezes & Rodrigues (1986: 112) e ainda Barreto apud Albuquerque & Lucena (1997: 194- nota nº. 52), falam que distava cerca de 8 km do Recife e que estava situado sobre uma pequena elevação, o que seria comum num edifício luso-brasileiro, como é o caso do forte do Arraial Velho do Bom Jesus.

Segundo Mello (1967: 186), ficava na freguesia da Várzea, a 6 km do Recife. Nota-se que há divergência entre os autores consultados sobre a distância do forte à cidade do

Recife. Santiago (1984: 329) diz que o forte distava uma légua do Recife. A légua equivale a 6.600 metros.

Outros autores sustentam que as terras da Várzea eram alagadiças e baixas, não existindo a possibilidade de monte ou colina. O que se vê hoje como colina seria o que sobrou da cortina e dos baluartes da edificação. As curvas de nível encontradas e estudadas através de fotos aéreas seriam da própria elevação das estruturas ou ainda resquícios de um terraplano (ALBUQUERQUE; LUCENA, 1997: 171 e 172).

Existem duas referências ao forte em documentos da Companhia das Índias Ocidentais (MELLO, 1985: 258 e 262). O texto da página 262 parece fazer referência ao forte do Arraial Novo do Bom Jesus, embora a localização esteja errada, assim como o nome do proprietário das terras.

...tendo construído a cerca de meia milha distante do forte de Afogados uma certa fortificação, com 6 a 7 peças que trouxeram de Porto Calvo.

Na várzea da dita capitania, construiu o inimigo (como em Pernambuco) uma pequena fortificação, na qual se recolheu, sendo esta em um certo engenho chamado Santo André pertencente a Jorge Homem Pinto; mas esta fortificação não é de tanta importância que possa resistir a quem for senhor da força ou tenha alguma força no terreno.

Antes do período de Nassau, havia poucos mapas da cidade do Recife, feitos por cartógrafos portugueses. Durante a ocupação, o forte do Arraial Novo do Bom Jesus aparece num mapa de 1648, editado na Holanda e feito pelo cartógrafo Cornelius Golyjath. Depois foi realizada uma gravura deste mapa, que se encontra hoje no acervo da Mapoteca do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro (REIS, 2001: 88). O mesmo mapa está publicado nos livros “Tempo dos Flamengos” (MELLO, 1987: 84) e “Imagens da Formação Territorial Brasileira” (M297 – 1993: 179). Foi publicado ainda no livro de José Antônio Gonsalves de Mello, “A Cartografia Holandesa do Recife” e no livro de José Luiz Mota Menezes, “Atlas Histórico e Cartográfico do Recife”. Mello apud Reis (2001: 334) considera este o melhor mapa realizado na época. Os relatos informam que este forte nunca foi atacado, mas sua localização era conhecida. A legenda do mapa informa (M297, 1993: 179):

Mapa exato da situação de Olinda e Pernambuco, Cidades Maurícia e Porto do Recife. Junto com suas terras, rios, fortes e engenhos de açúcar, como suas plantações de cana e outras circunstâncias. Desenhado por Cornelius Golyjath, cartógrafo de Sua Excelência, J. Maurício de Nassau. E agora por ele enriquecido com as fortificações e entrancheiramentos feitos pelos portugueses infiéis, a modo de assédio e as obras e baterias para defesa a cargo da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais. Impresso nos Países Baixos por CLAEZ JAUSZ VISCHER. Ano de 1648.

O cartógrafo Golyjath estava desde 1635 no Brasil. A partir de 1640, prestou serviços a Maurício de Nassau, tendo seus trabalhos publicados por Vingboons. Segundo Reis (2001: 334), o mapa foi elaborado por volta de 1640, ano em que o forte ainda não estava construído, mas no mapa impresso depois, foram acrescentadas diversas informações. No mapa citado, o ícone utilizado para identificar o forte não representa o seu formato exato, embora os relatos e os vestígios confirmem que tivesse quatro baluartes, mas apenas assinala que naquele local havia uma fortificação. Essa era a forma de representação. O mapa não está representado com o Norte apontando para cima, como é a convenção dos dias atuais.

MAPA 1 – MAPA EXATO DA SITUAÇÃO DE OLINDA E PERNAMBUCO



Abaixo, aparece o detalhe do mapa de Golyjath, com a localização do forte. Nota-se o curso d'água que já não vem assinalado nos mapas atuais e um caminho, que provavelmente é o mesmo da atual Avenida do Forte do Arraial Novo do Bom Jesus, que corta os bairros do Cordeiro e dos Torrões.

MAPA 2- DETALHE DO MAPA DE GOLYJATH



Fonte: Imagens da Formação Territorial Brasileira, 1993

O Arraial Novo do Bom Jesus

Os relatos dos cronistas da época, entre eles Santiago (1984: 314, 330 e 472), informam que teria existido um arraial em torno do forte, que teria se transformado num povoado e onde se reunia a infantaria, sempre que necessário.

Santiago informa também que era comum as famílias dos soldados virem residir junto aos fortes, como forma de se protegerem. Ele narra períodos de fome, com a falta de alimentos no local e o abandono por parte da população civil, por causa das ameaças de ataques. Lucena (1996: 142) chama a atenção para o fato de que, em caso de ataque, as moradias construídas junto aos fortes deveriam ser demolidas e só era permitida a construção mediante este acordo.

Havia no Arraial Novo do Bom Jesus uma igreja, onde foi sepultado Dom Antônio Felipe Camarão, ferido na primeira batalha dos Guararapes e que faleceu um mês

depois, em sua estância. Os seus restos mortais foram transferidos para a Matriz da Várzea, mas hoje não se sabe onde está a sepultura, embora uma placa informe que se encontra ali enterrado (MELLO, 1997: 48). Outros mortos que eram levados para o forte sempre que possível, poderiam ser enterrados ali, como o sargento-mor Paulo da Cunha (SANTIAGO, 1984: 559) ou ainda na desaparecida Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, também na Várzea.

A Matriz da Várzea foi alvo de uma escavação arqueológica realizada pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, que constatou 48 enterramentos, sendo que alguns esqueletos estavam em covas coletivas e fora das posições tradicionais de sepultamentos. Muitos corpos apresentavam sinais de violência, podendo ser de soldados oriundos do forte (ALBUQUERQUE; LUCENA, 1997: 176).

Os restos mortais de João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros estão hoje sepultados na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes. Henrique Dias teria sido sepultado no Convento de Santo Antônio, no Recife. Há uma placa no local informando isto, mas já não há sinais de sua sepultura.

No século XIX, os relatos falam de um sítio de nome Retiro, desmembrado do engenho da Torre, onde existiam ruínas, mas não há mais referências a um povoado (ALBUQUERQUE; LUCENA, 1997: 171). O processo de expansão urbana ocorrido no Recife em finais do século XIX, quando foram desmembrados e loteados vários engenhos, atingiu os atuais bairros do Cordeiro e dos Torrões, tendo se intensificado no início do século XX.

Considerações finais

O forte do Arraial Novo do Bom Jesus é representante de um momento específico dentro da história da cidade do Recife e exemplar da arquitetura militar do século XVII. É um dos poucos fortes de terra do Nordeste do Brasil que ainda existe, o que aumenta a sua importância como monumento histórico. Em Pernambuco, em termos de fortes de terra, do lado luso-brasileiro existem ainda os vestígios do forte do Arraial Velho do

Bom Jesus. Segundo reportagem do Jornal do Commercio de 29 de Outubro de 2006, o fosso deste forte seria escavado novamente, o que de fato aconteceu em 2009 e iria ser enquadrado dentro de um projeto maior, que modificaria o Sítio da Trindade, ficando visível através de uma passarela. Isto ainda não se concretizou.

Do lado da Companhia das Índias Ocidentais, existem na Ilha de Itamaracá dois fortes de terra: o antigo Forte Orange (cujo nome na realidade é Fortaleza de Santa Cruz) e vestígios de outro forte, localizado em terreno particular, em um sítio, cujos vestígios- restos de baluartes e fosso – ainda são visíveis.

FOTO 6 – VESTÍGIOS DE UM FORTE DE TAIPA DE PILÃO EM ITAMARACÁ-PE



Fonte: BARTHEL, Stela

Sob o atual Forte Orange, foram encontradas em escavações realizadas em 2002 e 2003, pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, as antigas estruturas em taipa de pilão e ainda restos dos quartéis e casa de pólvora, bem como partes da estrutura externa de defesa.

A técnica construtiva empregada na construção destes fortes de terra tinha vantagens e desvantagens. Permitia rapidez de execução – o forte do Arraial Novo do Bom Jesus foi construído em três meses- e ainda economia de material, pois se usou a argila encontrada no próprio terreno e madeira. Sua presença física causou pouco impacto no

ambiente. A taipa de pilão, enquanto sistema auto-portante propicia também bom isolamento térmico e acústico. As desvantagens são a necessidade de constantes reparos, por causa da umidade e das intempéries. Mas as obras em taipa de pilão, sendo bem conservadas, podem durar muito. No caso atual, a ação antrópica e a presença de animais e de insetos no local, bem como a erosão, comprometem as estruturas que ainda estão visíveis. É necessário um trabalho mais específico, principalmente de Educação Patrimonial, para que as pessoas da localidade saibam da sua importância. Sabe-se que existe uma “Avenida do Forte”, mas as pessoas não têm ideia do porquê deste nome. Muito menos de que ali existem vestígios, que merecem ser preservados e transmitidos às gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, Maria Paula & LIMA, Cecília Modesto - Dicionário Ilustrado de Arquitetura, 3ª. Ed. São Paulo, ProEditores, 2003.
- ALBUQUERQUE, Marcos - Forte do Brum, d/data, mimeo. Folheto entregue em visita ao Forte do Brum.
- ALBUQUERQUE, Marcos & LUCENA, Veleda - Forte Real do Bom Jesus: Resgate Arqueológico de um Sítio Histórico, Recife, CEPE, 1988.
- ALBUQUERQUE, Marcos & LUCENA, Veleda - Arraial Novo do Bom Jesus- consolidando um processo, iniciando um futuro. Recife, Grafftorre, 1997.
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; WALMSLEY, Doris - Fortes de Pernambuco - imagens do passado e do presente, Recife, Grafftorre, 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia de – Pernambuco Imortal - Evolução Histórica e Social de Pernambuco, Recife, CEPE, 1997.
- - Os holandeses chegam a Pernambuco. Jornal do Comercio, Caderno Especial, 350 anos da Primeira Batalha dos Guararapes, Recife, 19 de Abril de 1998, pág. 02.
- Arquitetura de Terra em Portugal, Lisboa, Argumentum, 2005.
- Arraial Velho do Bom Jesus, Recife, Prefeitura da Cidade do Recife, 1992.

A Viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Index, 1998, Coleção Brasil Holandês.

BARRETO, Aníbal - Fortificações do Brasil, (resumo histórico), Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.

BENTO, Cláudio Moreira - As Batalhas dos Guararapes- Descrição e Análise Militar, Recife, UFPE, 1971.

BRASILEIRO, Elida Lins- Parque Arraial Novo- Requalificação Paisagística do Parque Arraial Novo do Bom Jesus, Recife, FAUPE, 2001, monografia de conclusão de curso.

CALADO, Frei Manoel - O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade, 5ª. ed. Recife, CEPE, 2004. Volume II.

COSTA, F. A. Pereira da - Anais Pernambucanos- 1635-1665, Recife, Arquivo Público Estadual, 1952, Vol. III.

FRANCA, Rubem- Monumentos do Recife- Estátuas e Bustos, Igrejas e Prédios, Lápides, Placas e Inscrições Históricas do Recife. Recife, SEC, 1977.

GOMES, Geraldo - Arquitetura da Defesa in MONTEZUMA, Roberto (org.) - Arquitetura Brasil 500 Anos, Recife, UFPE, 2002, págs. 69 a 75.

GOUVÊA, Fernando da Cruz - O Imperador Itinerante, Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

JESUS, Frei Raphael de - Castrioto Lusitano, Lisboa, 1697.

Jornal do Commercio, 29 de Outubro de 2006.

Lei do Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, Lei 16.176/96.

LUCENA, Veleda- O Forte de Óbidos- uma visão arqueológica, Recife, UFPE, 1996, tese de doutorado em história.

M297- Mapa- Imagens da Formação Territorial Brasileira, Rio de Janeiro, Fundação Emilio Odebrecht, 1993.

MEDEIROS, Elisabeth Gomes de Matos - O Povoado dos Arrecifes e o Baluarte Holandês do Século XVII, Recife, UFPE, Pós-Graduação em Arqueologia, 2005, dissertação de mestrado.

MEDEIROS, Elisabeth - O Povoado dos Arrecifes e o Baluarte Holandês do Século XVII in CLIO - Série Arqueológica, nº. 18, Vol. 1, ano 2005, Recife, UFPE, págs. 143 a 164.

MELLO, Evaldo Cabral de- Olinda Restaurada- guerra e açúcar no Nordeste, 1630/1654. Rio de Janeiro, Forense, São Paulo, EDUSP, 1975.

----- Rubro Veio- O Imaginário da Restauração Pernambucana,
2ª. ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

MELLO, José Antônio Gonsalves de- Estudos Pernambucanos- crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco, Recife, Imprensa Universitária, 1960.

----- Restauradores de Pernambuco- João Fernandes Vieira, Recife, Imprensa Universitária, 1967, Volume I.

----- Cartografia Holandesa do Recife- Estudo dos Principais Mapas da Cidade no período de 1631-1648, Recife, PHNG, 1976.

----- Fontes para a História do Brasil Holandês, 2- A Administração da Conquista, Recife, SPHAN, 1985.

----- Tempo dos Flamengos- influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil, 3ª ed. Recife, FUNDAJ, 1987.

MELLO NETO, Ulisses Pernambucano - Forte das Cinco Pontas, Recife, Fundação da Cidade do Recife, 1983.

MELLO, Virgínia Pernambucano de- Forte Orange- Patrimônio Cultural de Pernambuco. Recife, FUNDARPE. N.º 26, ano III, maio 1985.

MENEZES, José Luís Mota & RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa - Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil - séculos XV, XVII e XVIII, Recife, Pool, 1986.

MENEZES, José Luís Mota - Atlas Histórico Cartográfico do Recife, Recife, Editora Massangana, 1988.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira - O sistema de defesa da barra e do porto do Recife no século XVII. In CLIO- Arqueológica, n.º. 16, Recife, UFPE, 2003, Vol. I. págs. 87 a 101.

MORI, Victor Hugo. LEMOS, Carlos A.C.; CASTRO, Adler H. Fonseca de - Arquitetura Militar- Um Panorama Histórico a Partir do Porto de Santos, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado/ Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

Preservação de Sítios Históricos, Recife, Prefeitura da Cidade do Recife, 1981.

REIS, Nestor Goulart - Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial, São Paulo, Editora da USP, 2001.

Revista Aventuras na História- Grandes Guerras- Fogo! Edição 11, Maio de 2006, págs. 52 a 57.

Revista Continente- Documento, Ano II, n.º. 17, 2004.

Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, N.º. 13, Ano IV, T. 2, Outubro de 1866.

Revista Veja 16 de Maio de 2001, pág. 80. De volta à vida.

ROSTY, Cláudio Skora- As Invasões Holandesas- Insurreição Pernambucana- As Batalhas do Monte das Tabocas e dos Montes Guararapes, Vitória de Santo Antão, 18 de Novembro de 2002.

SANTIAGO, Diogo Lopes - História da Guerra de Pernambuco. Recife, FUNDARPE, 1984.

SILVA, Leonardo Dantas - Pernambuco, 1654. Quando tudo começou. In Revista Continente-Documento, Ano II, nº. 17, 2004, págs. 06 a 09.

SIQUEIRA, Ricardo - Fortes e faróis, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/ João Fortes Engenharia, 1997.

SOUTH, Stanley - Method and Theory in Historical Archeology, London, Academic Press, 1977.

SOUZA, Marcos André Torres de - Arqueologia da Paisagem e Sítios Militares - Estudo de um Forte Colonial em Laguna, Santa Catarina, Brasil in Arqueologia Histórica na América Latina, University of South Carolina, Vol. 6, January, 1995.

ZAMORA, Oscar M.F.- A Arqueologia como História, São Paulo, Dédalo, 1990, págs. 39 a 62.

ZANCHETTI, Sílvio, LACERDA, Norma & DINIZ, Fernando - Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, Recife, FIDEM, 2000.

ZARANKIN, Andrés - Arqueologia Histórica Urbana em Santa Fé La Vieja: el Final del Principio, Columbia, South Carolina, July, 1995.

Sites pesquisados:

www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq13.shtml

www.magmarqueologia.pro.br/ArqueologiaHistoricaBrasilResumo.htm

www.geocities.com

www.magmarqueologia.pro.br/forterealbomjesus.htm

